



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE ENGENHARIA  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU RESIDÊNCIA EM PRÁTICAS  
AGRÍCOLAS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

**RAPHAELA SOARES CAMELO BRASIL**

**OBSTÁCULOS PARA A CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO  
ORGÂNICA PARA AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO  
DE NOVA FRIBURGO (RJ)**

Niterói, RJ  
2022

RAPHAELA SOARES CAMELO BRASIL

**OBSTÁCULOS PARA A CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO  
ORGÂNICA PARA AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO  
DE NOVA FRIBURGO (RJ)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu Curso de Residência em Práticas Agrícolas e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientador(a): Prof. Dr. Flávio Castro da Silva

Co-orientador(a): Prof. Dr<sup>a</sup> Roberta Jimenez de Almeida Rigueira

Niterói, RJ  
2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BEE  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B823o Brasil, Raphaela Soares Camelo  
OBSTÁCULOS PARA A CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA PARA  
AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO /  
Raphaela Soares Camelo Brasil. - 2022.  
58 f.

Orientador: Flávio Castro da Silva.  
Coorientador: Roberta Jimenez de Almeida Rigueira.  
Monografia (residência)-Universidade Federal Fluminense,  
Escola de Engenharia, Niterói, 2022.

1. Agricultura orgânica. 2. Pequeno agricultor. 3.  
Produção interior do estado do Rio de Janeiro. 4.  
Legislação de orgânicos. 5. Produção intelectual. I.  
Silva, Flávio Castro da, orientador. II. Rigueira, Roberta  
Jimenez de Almeida, coorientadora. III. Universidade Federal  
Fluminense. Escola de Engenharia. IV. Título.

CDD - XXX

RAPHAELA SOARES CAMELO BRASIL

**OBSTÁCULOS PARA A CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA  
PARA AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE NOVA  
FRIBURGO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu Curso de Residência em Práticas Agrícolas e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Aprovada em 08 de novembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente  
FLAVIO CASTRO DA SILVA  
Data: 18/11/2022 14:44:42-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof., DSc. Flávio Castro da Silva – UFF (Orientador)



Documento assinado digitalmente  
ROBERTA JIMENEZ DE ALMEIDA RIGUEIRA  
Data: 22/11/2022 17:40:17-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profª. DSc. Roberta Jimenez de Almeida Rigueira – UFF (Co-orientadora)



Documento assinado digitalmente  
DAIANE CECCHIN  
Data: 22/11/2022 15:55:36-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profª DSc. Daiane Cecchin – UFF



Documento assinado digitalmente  
LEONARDO DA SILVA HAMACHER  
Data: 28/11/2022 10:51:08-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Prof. ,DSc Leonardo da Silva Hamacher – UFF

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar ao meu lado em todos os momentos da vida, me dando forças, guiando e iluminando ao longo dessa caminhada. Dedico a Ele todas as vitórias alcançadas em minha vida.

A minha família, por todo apoio, suporte e amor nesse período da residência. A minha filha Maria Teresa, por ser minha maior fonte de incentivo e força, ao meu marido Luan, por me apoiar, incentivar e ser meu porto seguro, a minha mãe e irmão Otilia e Pedro por todo carinho e incentivo, ao meu pai Analberto (*in memoriam*) por ter plantado essa semente em meu coração.

Agradeço aos professores do curso por toda transmissão de conhecimento e que com muita empatia entenderam e se adaptaram a todas as limitações causadas pela pandemia. Ao meu orientador professor Flávio Castro da Silva e a minha coorientadora professora Roberta Jimenez de Almeida Rigueira, por terem acolhido a ideia desse trabalho e por toda ajuda. Aos professores Daiane Cecchin e Leonardo Hamacher por toda contribuição acadêmica dada na banca de defesa e por toda generosidade nos comentários.

Por fim, agradeço ao MAPA pelo financiamento por meio do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 25/2018, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA - Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF/MAPA.

*“Nada te perturbe, nada te espante, tudo passa,  
Deus não muda, a paciência tudo alcança; quem  
a Deus tem, nada lhe falta: só Deus  
basta.”(Santa Teresa D’Ávila)*

## RESUMO

A crescente demanda por alimentos orgânicos vem impulsionando não só o mercado, mas também as pesquisas científicas sobre o tema. No Brasil, embora seja expressiva a produção de orgânicos, sobretudo pela agricultura familiar, ainda são poucos os produtores que possuem certificação de seus produtos. Muitos estudos apontam a burocracia, a dificuldade de acesso a assistência técnica especializada e os custos no processo como principais obstáculos a certificação orgânica. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo levantar dados e avaliar os principais problemas encontrados pelo produtor do município de Nova Friburgo, localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Para tanto foram aplicados formulários totalmente estruturados, a fim de conhecer a realidade desses produtores. Os dados foram compilados e passaram por análise de conteúdo. Os produtores entrevistados apontaram a dificuldade de pontos de comercialização, infraestrutura, dificuldade com mão-de-obra e burocracias como principais empecilhos para os agricultores familiares de orgânicos, especialmente os do interior do estado. Portanto foi desenvolvida uma cartilha com a finalidade de auxiliar no processo burocrático da certificação orgânica.

**Palavras-chave:** agricultura orgânica; legislação; pequeno agricultor, produção interior do estado

## ABSTRACT

The growing demand for organic food has been boosting not only the market, but also scientific research on the subject. In Brazil, although the production of organic products is expressive, mainly by family farming, there are still few producers who have certification of their products. Many studies point out the bureaucracy, the difficulty of access to specialized technical assistance and the costs in the process as the main obstacles to organic certification. In this context, the present study aimed to collect data and evaluate the main problems encountered by the producer in the municipality of Nova Friburgo, located in the mountainous region of the state of Rio de Janeiro. For that, fully structured forms were applied in order to know the reality of these producers. The data were compiled and underwent content analysis. The interviewed producers pointed out the difficulty of selling points, infrastructure, difficulty with labor and bureaucracy as the main obstacles for family organic farmers, especially those in the interior of the state. Therefore, a booklet was developed in order to assist in the bureaucratic process of organic certification.

Keywords: organic agriculture; legislation; small farmer, inland production of the state

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 A ) Selo de identificação do produto orgânico obtido por Sistema Participativo de Garantia	15
Figura 2 B) Selo de identificação do produto orgânico obtido por Sistema de Certificação por Auditoria	15
Figura 3: Fluxograma simplificado do processo de regulamentação de produtos orgânicos de acordo com a IN nº 19/2009.	17
Figura 4: Localização do município de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro	18
Figura 5: Perfil da idade dos entrevistados	20
Figura 6: Perfil de escolaridade dos entrevistados	21
Figura 7: Perfil do tempo em que o entrevistado é produtor rural	22
Figura 8: Perfil dos modelos de produção	24

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Organizações e normas para comercialização de produtos orgânicos no exterior ...	26
Tabela 2: Certificadoras por Auditoria: .....	42
Tabela 3: Certificadoras por Sistema Participativo de Garantia (SPG): .....	47

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	8
1.1. OBJETIVOS	9
1.1.1. Geral	9
1.1.2. Objetivos Específicos	9
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	10
2.1. AGRICULTURA ORGÂNICA	10
2.2. AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL	11
2.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
2.4. PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	13
2.5. CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL	14
<b>3. MATERIAL E MÉTODOS</b>	18
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	18
3.2. ANÁLISE QUALITATIVA	18
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	20
<b>5. CONCLUSÃO</b>	27
<b>REFERÊNCIAS</b>	27
<b>ANEXO A</b>	32
<b>ANEXO B</b>	40
<b>ANEXO C</b>	42
<b>ANEXO D</b>	47

## 1. INTRODUÇÃO

O crescente aumento da demanda por alimentos saudáveis tem impulsionado o desenvolvimento da agricultura orgânica. Em 2015, a Conferência das Nações Unidas, por meio da Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, estabeleceu a Agenda 2030 que institui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que dentre as metas estão a promoção de sistemas sustentáveis de produção agrícola, o melhoramento da saúde das pessoas, e o equilíbrio ambiental visando o uso eficiente dos recursos naturais e a biodiversidade, esses também são pilares da agricultura orgânica (VILELA *et al.*, 2019).

A preferência por produtos orgânicos está especialmente nas suas qualidades químicas, pelo fato que não utilizarem agrotóxicos ou adubos químicos na sua cadeia de produção. Existe a perspectiva do aumento progressivo da demanda de consumo internacional de produtos orgânicos, sobretudo por eles serem diretamente associados a menores níveis de impactos sociais e ambientais e a maiores níveis de segurança e saúde (LIMA *et al.*, 2020).

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) houve um aumento de 365% de área agricultável para cultivo de orgânicos no mundo, entre os anos de 2000 a 2017. Embora a plena expansão do comércio de produtos orgânicos, no Brasil, ainda há muita informalidade no setor, dificultando a expansão da comercialização para o mercado interno e externo (SCALCO; SERVI, 2014). A certificação orgânica garante a qualidade do produto e do serviço, ao consumidor, além de regulamentar os processos e tecnologias de produção, que são necessários para os orgânicos.

O processo de certificação é altamente burocrático e custoso, por esse motivo muitos agricultores não se certificam (SCALCO; SERVI, 2014). No Brasil, boa parte da produção orgânica advém da agricultura familiar (MOREIRA; BECKER, 2018). A dificuldade na manutenção da produção orgânica, a carência de informação no que diz respeito ao sistema orgânico de produção, a dificuldade no relacionamento entre o grupo que fará a certificação, o pouco acesso a assistência técnica no processo produtivo e a precariedade na estrutura de escoamento de produção são os principais obstáculos para a implantação da certificação no grupo de agricultores familiares (MOREIRA; BECKER, 2018).

Atualmente é de responsabilidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o credenciamento, fiscalização e autorização das organizações credenciadoras. Para realizar a certificação, o produtor orgânico deve integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, através da certificação em um dos três mecanismos

certificadores orgânicos: Certificação por auditoria (SisOrg), Controle social da venda direta (OCS) e Sistema participativo de garantia (OPAC).

A certificação orgânica permite ao agricultor a valorização do seu produto e a identificação perante o consumidor e ao mercado, além da padronização e segurança do que é produzido, sobretudo para o agricultor familiar. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica em virtude das dificuldades encontradas pelo agricultor familiar de Nova Friburgo, na certificação orgânica da sua produção.

## 1.1.OBJETIVOS

### 1.1.1. Geral

Com o presente estudo objetivou-se adquirir dados, sugerir ferramentas que auxiliem a certificação dos produtores de Nova Friburgo e de outras regiões e refletir sobre o significado da certificação para a produção familiar.

### 1.1.2. Objetivos Específicos

- Levantar dados sobre o processo de certificação de produtos orgânicos dos produtores de Nova Friburgo;
- Identificar os problemas encontrados pelo produtor familiar, de Nova Friburgo, na certificação orgânica dos seus produtos;
- Criar uma cartilha (ANEXO A) para os produtores do município de Nova Friburgo para auxiliar na obtenção da certificação de produto orgânico.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1. AGRICULTURA ORGÂNICA

A mudança no hábito de consumo da sociedade atual tem impulsionado a agricultura orgânica, uma vez que priorizam o consumo de alimentos produzidos de maneira ecologicamente correta e sem adição insumos química, pilares da produção orgânica. Além disso, de acordo com a projeção da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), a população mundial chegará a cerca de 9,7 bilhões de pessoas em 2050, expondo o desafio para a produção de alimentos de maneira sustentável. Dessa maneira, a agricultura orgânica representa essa possibilidade por buscar o desenvolvimento agrícola sustentável e melhorar a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares (AGHASAFARI *et al.*, 2020).

As duas grandes guerras mundiais impulsionaram o uso de insumos químicos (LIMA *et al.*, 2020), transformando o modo de produção primordialmente orgânico no que conhecemos hoje como convencional. A grande aceitação desse modelo está, sobretudo na redução as restrições de recursos e no aumento da produtividade (CHEN; SAGHAIAN; TYLER, 2019). No entanto, com o aumento do esgotamento das terras produtivas, causado pelo excessivo uso de insumos químicos e máquinas agrícolas, houve a resposta da comunidade científica acerca dos benefícios da agricultura orgânica (LIMA *et al.*, 2020).

A agricultura orgânica é uma alternativa ao modo de produção convencional, por ser um método ambientalmente sustentável, garantindo bem-estar animal, segurança e qualidade alimentar, além de aumento de renda aos produtores rurais e conseqüentemente redução da pobreza (MA *et al.*, 2017). No entanto, vale ressaltar que um dos principais desafios desse sistema produtivo estão relacionados a baixa produtividade, sobretudo quando comparada aos sistemas convencionais, dificuldades no manejo de nutrientes do solo, pouco acesso educacional e de pesquisa, relacionada aos pequenos produtores e dificuldades na certificação (JOUZI *et al.*, 2017). Para os agricultores orgânicos a associação trabalho versus saúde e trabalho versus satisfação e respeito social são essenciais (MAAS; MALVESTITI; GONTIJO, 2020).

A agricultura orgânica, por ser um modelo de produção de baixo impacto e por não utilizar insumos químicos, auxilia na biodiversidade local. Em estudo realizado em fazendas orgânicas e convencionais na Inglaterra, observou-se a influência do sistema de cultivo na biodiversidade de aranhas e besouros carabídeos (FEBER *et al.*, 2015). No

entanto, a agricultura orgânica ainda encontra muitas barreiras. Em países como a China, em que há um grande incentivo à produção de orgânicos, apenas cerca de 4% das terras agrícolas são utilizadas para o plantio de orgânicos (MA *et al.*, 2017).

## 2.2. AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL

No Brasil, oficialmente a agricultura orgânica teve início em 1920, no entanto após o início da Revolução Verde, em 1960, houve o crescimento da agricultura convencional, com a utilização de insumos químicos e equipamentos tecnológicos, somente após 1970 os malefícios causados pela agricultura convencional foram questionados impulsionando o desenvolvimento da agricultura orgânica (SILVA; SILVA, 2016).

Por ser um sistema de produção que promove a saúde humana, vegetal, animal e do solo, além de fortalecer sistemas ecológicos e a biodiversidade, a agricultura orgânica é considerada uma solução para a agricultura convencional (AGHASAFARI *et al.*, 2020). A agricultura orgânica é uma área multidisciplinar, atuando nas áreas de segurança alimentar, meio ambiente, saúde no trabalho, e segurança (MAAS; MALVESTITI; GONTIJO, 2020).

Um dos principais instrumentos que aumentam o consumo de produtos orgânicos é a internet, por esse meio é possível acessar informações sobre os benefícios da produção orgânica, sobre a qualidade do produto além de aproximar o produtor do consumidor (GROOT, 2020). Por parte do poder público, o impulsionamento do consumo de produtos orgânicos, especialmente na agricultura familiar, se deu principalmente a partir das compras institucionais para alimentação escolar e serviços alimentares de organizações governamentais (LIMA *et al.*, 2020).

Estima-se que cerca de 15% da população urbana no Brasil consuma alimentos orgânicos e as principais motivações de compra são os benefícios para a saúde e a contribuição com o meio ambiente (VILELA *et al.*, 2019). O Conselho Brasileiro de da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), declarou que em relação ao consumo de orgânicos, 34% são oriundos da região Sul e 10% da região sudeste (SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019).

Ainda que a expansão da produção e consumo de orgânicos no Brasil tenham aumentado, o ritmo ainda é lento (LIMA *et al.*, 2020). O Brasil não se encontra nem entre os dez maiores consumidores *per capita* de produtos orgânicos (LIMA *et al.*, 2020). A baixa procura por alimentos orgânicos pode estar relacionada ao baixo número

de propriedades que se dediquem a esse setor. Em estudo realizado em Santa Catarina, observou-se que a maioria dos estabelecimentos agrícolas são convencionais (98%), enquanto apenas 2% são de produção orgânica (GAZZOLA *et al.*, 2018).

De acordo com o último levantamento do MAPA, entre os anos de 2010 e 2018 houve um crescimento médio de 19%, de unidades de produção apresentando 0,4% da terra agricultável do Brasil, e aumento de 17% de produtores registrados no MAPA (MAPA, 2019). No entanto, o IPEA acredita que esses dados sejam subestimados, uma vez que esse número representa apenas as propriedades e produtores que possuem certificação

O setor de orgânicos é bastante promissor e ainda tem muito que ser explorado, sobretudo no Brasil. Nesse sentido, evidencia-se a importância de estudos que tenham como foco a produção e expansão orgânica no Brasil.

### 2.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A expressividade do mercado de orgânicos no Brasil teve início na década de 1990, no entanto nessa época ainda não havia legislação específica para o setor e cada certificadora tinha suas próprias regras (VILELA *et al.*, 2019). No entanto, em 2003, após discussões sobre a importância da agricultura orgânica no Brasil, instituiu-se a lei federal nº 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica que define em seu artigo primeiro:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não- renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

A importância dessa lei está não somente em dispor sobre a agricultura orgânica, mas também, a partir dela o país estabeleceu uma política mais ampla, possibilitando o fomento à transição agroecológica e a produção orgânica de base ecológica como estratégia ao desenvolvimento rural sustentável (SAMBUICHI *et al.*, 2017). Além disso, a lei federal nº 10.831/2003 possibilitou ao agricultor familiar, inseridos em organizações cadastradas junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(MAPA) a venda direta dos produtos orgânicos sem certificação (BRASIL, 2003). Em complemento a essa lei, em março de 2021, o MAPA por meio da Portaria nº52 (MAPA, 2021), depois alterada pela Portaria nº 404, de 2022, estabeleceu o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção, além da lista de substâncias e práticas permitidas para uso nos mesmos (MAPA, 2022).

Da lei federal nº 10.831/2003, deu-se o decreto federal 6.323 de 2007, que regulamenta a lei supracitada e dá outras providências (BRASIL, 2007). O decreto define o processo de credenciamento das credenciadoras e estabelece as normas para o processo de certificação do produto. Em complemento, em 2009 por meio da IN nº 19, de 28 de maio, o MAPA define mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica a serem seguidos por quem produz, transporta, comercializa e armazena produtos orgânicos. Anos depois, por meio da IN nº 18, de 20 de junho de 2014, o MAPA institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG).

Após amplo debate, em 20 de agosto de 2012, foi instituída, por meio do Decreto federal nº 7.794 de 2012 a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Esse decreto tem como principal propósito juntar a listagem de produtores orgânicos cadastrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o banco de dados dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a fim de iniciar um monitoramento para auxiliar na avaliação futura de impactos da PNAPO na reforma agrária (ARAÚJO; GUIMARÃES; TABOAS, 2016). Após o lançamento da PNAPO, o Brasil se tornou pioneiro no mundo na implementação de políticas públicas desse tipo (VILELA *et al.*, 2019).

#### 2.4. PRODUÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o censo agropecuário realizado em 2017, de todas as propriedades rurais do Brasil, cerca de 77% faziam parte da agricultura familiar, das terras utilizadas 23% são responsáveis pelo valor bruto da produção agrícola (IBGE, 2017). Apesar da sua importância, a agricultura familiar ainda passa dificuldades no acesso a recursos para sua produção e para certificação orgânica.

As maiores vantagens da agricultura orgânica, sobretudo para o pequeno agricultor, estão relacionadas a maior proteção ambiental local, maior resiliência às mudanças ambientais, o aumento de renda dos agricultores, redução de custos com

insumos externos, aumento da capacidade social, além do aumento das oportunidades de emprego para a comunidade local (JOUZI *et al.*, 2017)

O pequeno agricultor é um agente imprescindível para garantir a segurança alimentar, sobretudo em países em desenvolvimento. Embora haja diversas definições, no Brasil a agricultura familiar é caracterizada pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que considera agricultor familiar o empreendedor que atenda aos seguintes requisitos:

- I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.(BRASIL, 2006)

Atendendo dessa forma também silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombos e demais povos e comunidades tradicionais.

Além disso, a falta de orientação técnica especializada e o alto custo da certificação são fatores apontados por agricultores familiares como principais dificuldades na produção orgânica (BATISTA *et al.*, 2020).

Em questão de políticas públicas, um dos maiores desafios encontrados é a questão da identificação, dimensionamento e a sistematização da prática agroecológica e orgânica, com a finalidade de produzir conhecimento para a criação de programas e para tomada de decisões estratégicas que atendam a realidade desses produtores (ARAÚJO; GUIMARÃES; TABOAS, 2016).

Vale ressaltar que apesar das dificuldades apontadas, tais como a dificuldade de assistência técnica e a tecnologia apropriada, os elementos satisfatórios, como melhoria da saúde da família, a segurança no campo pela não utilização de agrotóxicos, além da satisfação com o trabalho agregam na qualidade de vida do agricultor (MAAS; MALVESTITI; GONTIJO, 2020).

## 2.5. CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL

De acordo com os dados IBGE, no Brasil dos 5.072.152 estabelecimentos agropecuários levantados pelo censo agropecuário em 2017, 0,3% são propriedades orgânicas, observou-se um aumento de 10.554 unidades, em 2014, para 15.856 unidades

em 2017 (IBGE, 2017). Estima-se que esse número só aumenta conforme ocorre o aumento do interesse do consumidor por produtos orgânicos (VILELA *et al.*, 2019).

Curtis *et al.* (2020), em seu estudo constatou a preferência dos consumidores por produtos orgânicos, inclusive quando comparados aos produtos *eco-friendly*, mostrando que não apenas os aspectos ambientais, como também os relacionados a atitudes e estilo de vida dos agricultores orgânicos influenciam na hora da compra (CURTIS *et al.*, 2020). O anuário mundial de produção orgânica de 2018 informa que 1,2% das áreas produtoras do mundo são dedicadas a agricultura orgânica (VILELA *et al.*, 2019). No entanto, no Brasil, ainda são consideradas baixas as quantidades de estabelecimentos agrícolas orgânicos (MORAES; OLIVEIRA, 2017).

Por parte das certificadoras os desafios estão relacionados ao conhecimento técnico dos credenciadores, a pressão política local, além da dificuldade de alcance aos pequenos produtores, que são muitos e geograficamente dispersos (IBANEZ; BLACKMAN, 2016).

A importância da regulamentação dos produtos orgânicos está sobretudo na segurança, aos consumidores, quanto a qualidade dos produtos e procedência de produção. No Brasil, a identificação do produto orgânico é feita a partir de um selo impresso ou fixado no produto (Figura 1A e Figura 2B). O processo de certificação prevê uma etapa de descrição, por escrito, do processo produtivo e o preenchimento de diversos formulários, e esse é uma dificuldade encontrada pelo produtor (BECKER *et al.*, 2020).

Figura 1 A) Selo de identificação do produto orgânico obtido por Sistema Participativo de Garantia  
Figura 2 B) Selo de identificação do produto orgânico obtido por Sistema de Certificação por Auditoria



Fonte: MAPA 2022 (Adaptado)

Desde 2011, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é realizado o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), que diz respeito a relação das unidades de produção orgânica do Brasil, além de apresentar a

relação dos organismos de controle e certificação dos produtos para comercialização. Por meio desse cadastro é possível analisar e quantificar as unidades de produção por região e quanto aos sistemas de certificação (OCS, SPG e Certificação por Auditoria).

Quando o produtor decide se certificar é importante que decida o modelo de certificação a fim de se enquadrar nas normas. As definições dos mecanismos de controle, bem como informações da qualidade orgânica a serem seguidas por quem produz, transporta, comercializa ou armazena produtos orgânicos está estabelecida na IN nº 19 de 2009 do MAPA (MAPA, 2009). De acordo com essa instrução normativa, o produtor pode realizar o cadastro por qualquer uma das três formas a seguir:

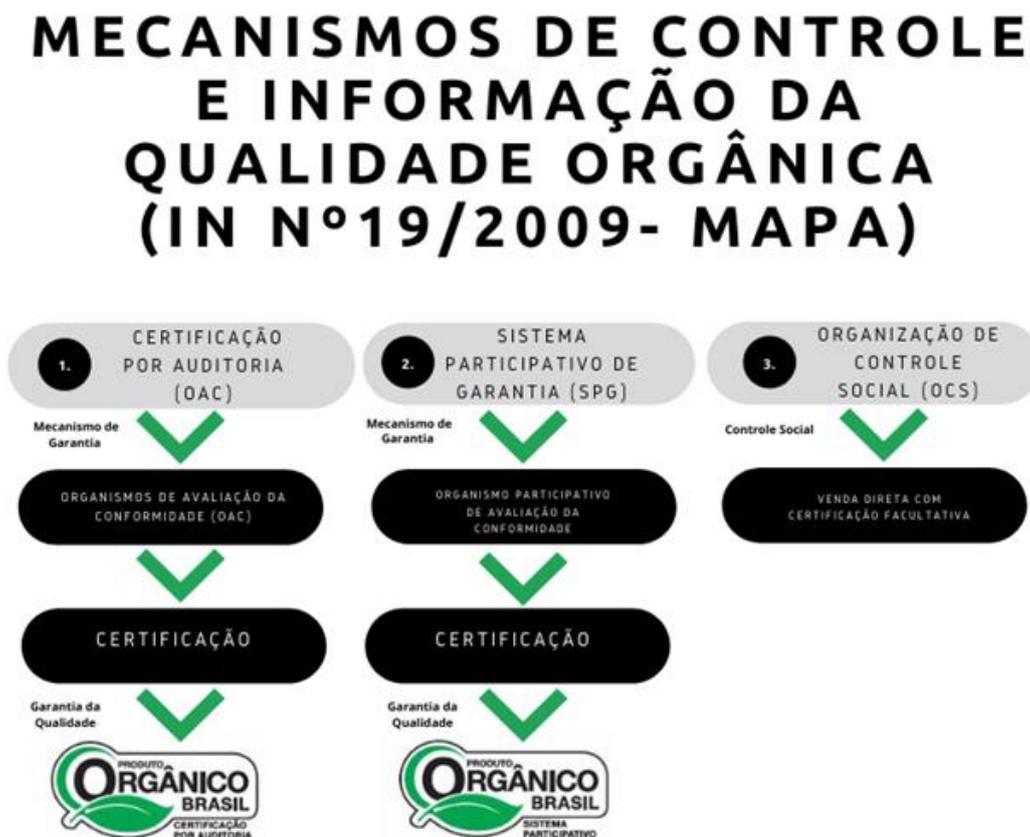
1) Certificação por Auditoria: A certificação feita a partir de uma certificadora credenciada pelo MAPA, seja ela pública ou privada. Esses denominados Organismos de Avaliação da Conformidade (OACs) obedecem a critérios e procedimentos reconhecidos, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.

2) Sistema Participativo de Garantia (SPG): Nesse modelo, a certificação é realizada por grupos que assumem a responsabilidade coletiva do sistema. Esses grupos são caracterizados por produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar em conformidade, um SPG deve possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do selo.

3) Organização de Controle Social na Venda Direta (OCS): A legislação brasileira possui uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para o agricultor familiar. Para tanto, nessa modalidade não existe avaliação de conformidade por organismo certificador. No entanto, exige-se o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Dessa forma, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

De maneira geral, a certificação é feita por meio de visitas técnica periódicas, com a finalidade de inspecionar a unidade produtiva durante o processo. Vale ressaltar que a importância no credenciamento das agências certificadoras junto ao MAPA está principalmente na garantia da sua reputação (Figura 3). A necessidade da certificação orgânica se dá principalmente na distância entre produtores e consumidores. Nesse sentido, o selo é uma garantia ao consumidor.

Figura 3: Fluxograma simplificado do processo de regulamentação de produtos orgânicos de acordo com a IN nº 19/2009.



Fonte: autor

Vale ressaltar que a emissão do certificado ou selo não elimina totalmente as incertezas com relação ao produto. No entanto, reduz as inseguranças relacionadas a qualidade dos produtos, garantindo ao consumidor informações importantes para a compra.

No Brasil, a maior parcela de produtores orgânicos certificados, cerca de 10,9%, possuem áreas de produção acima de 500 ha, já os produtores com propriedades com áreas entre 10 ha e 50 ha apenas, 4,5% são certificados (SOUZA; BATISTA; CÉSAR, 2019). Esses dados evidenciam as dificuldades dos pequenos produtores em certificar seus produtos.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

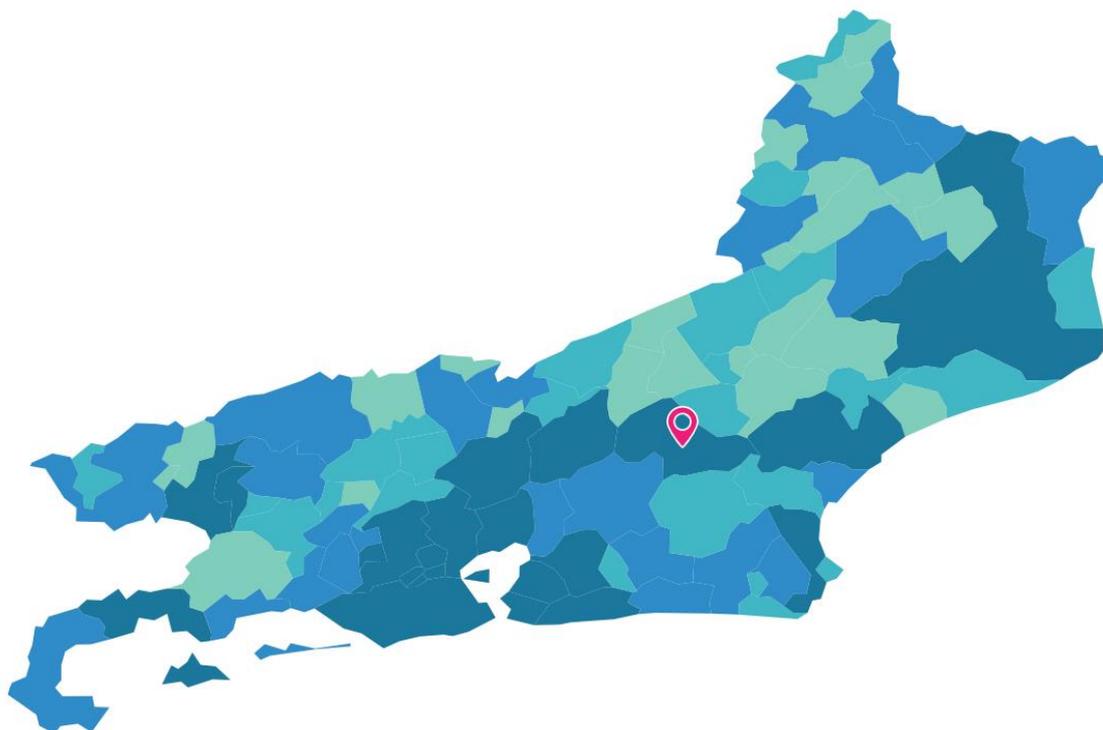
O presente trabalho foi desenvolvido no município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, utilizando a metodologia da pesquisa descritiva, que tem como principal objetivo descrever as características de determinado fenômeno, população ou estabelecimento de relação entre variáveis (GIL, 2002).

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O universo de estudo compreende os agricultores familiares de Nova Friburgo, localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro (Figura 4). O município possui 2.057 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017), convencionais e orgânicos.

A coleta de dados, para alcançar os objetivos da presente pesquisa foi realizada por meio de formulários online, totalmente estruturados (GIL, 2002), formatados conforme Anexo B.

Figura 4: Localização do município de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (2017)

#### 3.2. ANÁLISE QUALITATIVA

As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário totalmente estruturado (ANEXO B) entre os meses de agosto a setembro de 2022. Foram aplicados

12 questionários aos produtores familiares de Nova Friburgo. Foi utilizada uma abordagem qualitativa com análise de conteúdo, com foco na obtenção do entendimento da situação de uma maneira ampla (GODOY, 1995), utilizando fontes de informações primárias e secundárias.

Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados(GODOY, 1995).

As informações primárias foram obtidas através dos formulários estruturados online e as informações secundárias foram obtidas por meio de periódicos, dissertações e teses da base de dados CAPES.

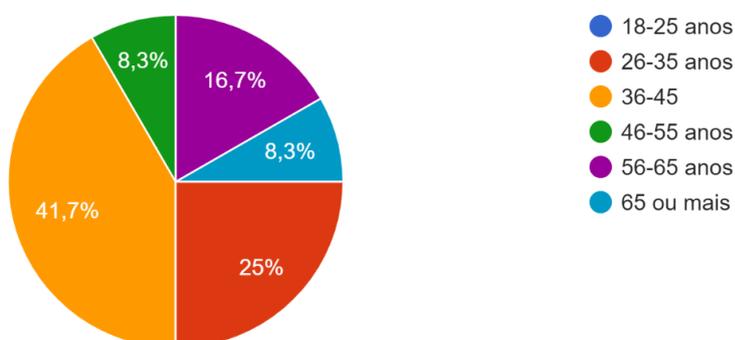
#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conscientização do produtor rural acerca da diminuição dos agrotóxicos nas lavouras e a demanda, cada vez maior, por alimentos saudáveis têm feito a produção orgânica crescer cada dia mais. No Brasil, os maiores produtores de orgânicos, em termos de valor da produção e números de estabelecimentos, estão nas regiões sudeste e sul (SCALCO; PINTO, 2021). Os mesmos autores evidenciam os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro como destaques da produção de orgânicos. Considerando-se a relevância agrícola do estado carioca, a região serrana junto com região do médio paraíba apresentam bons indicadores de desenvolvimento rural, e a região serrana em particular é marcada por uma agricultura intensiva com preocupação com o meio ambiente (SOUZA, 2019).

Dentre os municípios da região serrana do Rio de Janeiro encontra-se, Nova Friburgo que de acordo com o último censo agropecuário do IBGE (2017) possui 2.057 estabelecimentos agropecuários.

Da pesquisa de campo realizada, levantou-se que a maioria dos produtores entrevistados tem entre 36-45 anos (41,7%) (Figura 5) e que a maioria dos produtores, 66,7%, são do sexo masculino. Conforme dados do município a maioria dos estabelecimentos agropecuários, sem distinção de modelo de produção, são de produtores entre 45-55 anos, 432 estabelecimentos, seguido pelos produtores na faixa etária entre 55-65 anos, 380 estabelecimentos, seguidos pelos produtores que possuem idade entre 35-45 anos, 359 estabelecimentos.

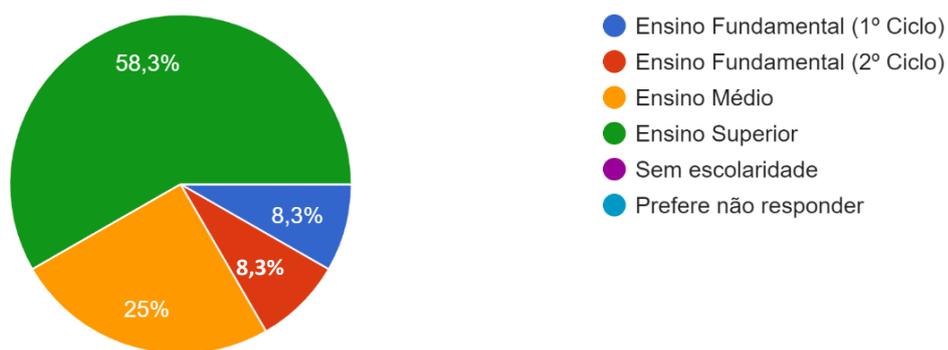
Figura 5: Perfil da idade dos entrevistados



Fonte: autor

A maior parte dos entrevistados possui ensino superior (Figura 6). Esse fato reforça a compreensão de que os processos de certificação e manutenção do certificado devem ser mais acessíveis adaptáveis a realidade dos agricultores familiares, sobretudo ao refletirmos que no caso de Nova Friburgo em que a maioria dos produtores de orgânicos possuem nível superior. Além disso, a adoção de normas e processos técnicos na produção dos orgânicos faz com que grande parte dos pequenos produtores tenham dificuldade de se certificar e fazer parte dos mais rentáveis e desenvolvidos espaços para comercialização de produtos certificados (XAVIER; JÚNIOR; CHIAPETTI, 2021).

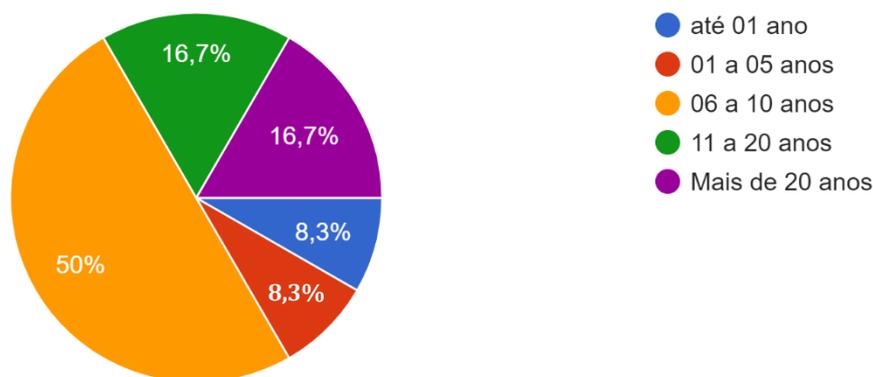
Figura 6: Perfil de escolaridade dos entrevistados



Fonte: autor

O tempo em que esses produtores trabalham com agricultura é variado, mas a metade tem no mínimo 6 e no máximo 10 anos como produtores (Figura 7).

Figura 7: Perfil do tempo em que o entrevistado é produtor rural (Fonte: autor)



Fonte: autor

Nas propriedades entrevistadas são produzidos hortifrutigranjeiros, com ampla variedade de frutas, legumes e folhosas, como por exemplo, produção de laranja, couve-flor, alface, tomate e aipim. Essa produção é dividida em pequenos estabelecimentos e feiras para comercialização. Dos produtores entrevistados, 58,3% comercializam sua produção em feiras locais, 25% em mercearias e pequenos comércios, 8,3% em hortifrutis, 83,3% apontaram que vendem tanto em uma das opções supracitadas, no ceasa local e/ou venda ambulante. Estima-se que 90% da produção orgânica do Brasil provém da agricultura familiar (SCALCO; PINTO, 2021).

Dentre os desafios relatados pelos entrevistados destacam-se a dificuldade em encontrar mão-de-obra e na comercialização, sobretudo a aspectos relacionados ao baixo valor agregado das hortaliças e pouca diversidade de pontos de venda. Além disso, Moraes e Oliveira (2017) destaca que o desenvolvimento para os produtores familiares orgânicos dependem da transposição de alguns obstáculos, tais como: a pequena escala de produção, a pouca assistência técnica pública, a maior demanda por mão-de-obra, a instabilidade devido à baixa capacitação gerencial, as dificuldades financeiras para o processo de certificação e conversão, a dificuldade no acesso aos créditos bancários, dificuldades no acompanhamento das exigências relativas a certificação e ao pouco controle sobre o ambiente onde se insere, como a poluição da produção causada pela deriva de produtos de propriedades vizinhas e dificuldades na logística.

Com relação a assistência técnica, 83,3% dos entrevistados não recebem nenhum tipo de auxílio voltado para a melhoria da produção, dos 16,7% que possuem estão

igualmente divididas entre assistência particular (consultores) e assistência pública, como o próprio governo e ONGs, por exemplo. Uma alternativa seriam os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) vinculados a muitas universidades. Esses serviços podem ser um caminho ao auxiliar na garantia da qualidade dos alimentos orgânicos produzidos, colaborando com esses produtores na obtenção dos certificados (VRIESMAN *et al.*, 2012).

Dos produtores que não recebem assistência técnica, 45,5% destacaram que o principal entrave é a questão financeira, 36,4% disseram que tem dificuldade de encontrar profissionais qualificados e 36,4% disseram que não se interessam em buscar esse tipo de ajuda na produção. Por não poder utilizar agrotóxicos, o manejo da produção orgânica se torna mais complexo quando comparado ao convencional, dessa forma há muita dificuldade relacionada ao manejo (SCALCO; PINTO, 2021), e a dificuldade de acesso a assistência técnica pode ser um fator limitante a muitos produtores.

Dentre os desafios relatados na comercialização, destacam-se os poucos pontos para vendas dos produtos, dificuldade de transporte e logística dos produtos, além do baixo valor pago para esses produtos, quando se considera os custos com produção e logística. Nesse aspecto reforça-se a importância da rede de apoio entre os agricultores, uma vez que os produtores que realizam a comercialização de forma individual perdem o poder de barganha, quando comparados aos cooperativados (SCALCO; PINTO, 2021).

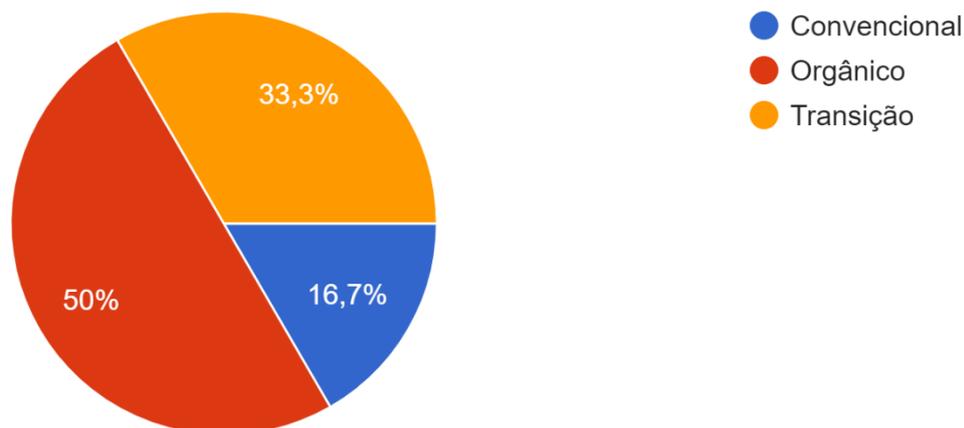
Moraes e Oliveira (2017) relatam que a falta de assistência técnica, a proposição de sistemas de crédito diferenciados, a pouca informação sobre os sistemas de certificação, o pouco acesso a infraestrutura, tecnologias e logística adequadas são alguns obstáculos ao desenvolvimento da agricultura orgânica em sua plenitude.

Das propriedades entrevistadas, 50% produzem no modelo orgânico, 33,3% se consideram em transição do modelo convencional para o orgânico e 16,7% se consideram convencional (Figura 8).

Conforme dados do último censo agropecuário, no município os produtores de orgânico representam 8,6% (178 estabelecimentos). Estima-se que o número de estabelecimentos que utilizam o modelo orgânico tende a aumentar. A valorização de práticas agrícolas ecologicamente corretas e o fortalecimento da agricultura familiar e sua filosofia são fatores que tem aumentado o consumo de produtos orgânicos (XAVIER; NASCIMENTO JÚNIOR; CHIAPETTI, 2021).

Além desse fato, de acordo com Moraes e Oliveira (2017) o sistema orgânico de produção é uma boa opção aos agricultores familiares, possibilitando para as famílias rurais melhor qualidade de vida.

Figura 8: Perfil dos modelos de produção



Fonte: autor

Dos produtores orgânicos entrevistados apenas 50% já realizaram a certificação da sua produção, todos eles se certificaram pelo método do sistema participativo de garantia pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO).

Dos produtores que já possuíam certificação e perderam apontaram o alto custo de renovação do selo e a rigorosidade na regulamentação como motivos. Situação similar acontece com os pequenos produtores na China, que dentre os problemas apontados para justificar a baixa adesão ao plantio de orgânicos, destaca-se os altos custos com a certificação, o baixo nível de instrução dos produtores associado a dificuldade de compreensão dos padrões dos produtos orgânicos além da falta de conhecimento agrônomico e difícil acesso à informação, principalmente dos pequenos agricultores que produzem em áreas montanhosas (MA *et al.*, 2017). A maioria dos produtores familiares ao buscarem a certificação levam em conta os benefícios associados ao valor agregado do produto, que contribuem para um aumento da renda, no entanto os mesmos produtores apontam que a burocracia e os custos relacionados ao processo afeta negativamente as expectativas (SCALCO; PINTO, 2021).

Deve-se ressaltar que apesar dos desafios encontrados pelos pequenos agricultores na certificação da sua produção a construção de redes de apoio entre os produtores certificados podem auxiliar, mesmo que de maneira lenta, na inserção desses produtos no mercado (XAVIER; NASCIMENTO JÚNIOR; CHIAPETTI, 2021).

Entre os produtores entrevistados, 58,33% acreditam que a certificação orgânica pode auxiliar na comercialização dos produtos, mas apontam as dificuldades relacionadas ao mercado consumidor restrito e as dificuldades de pontos de comercialização e logística sobretudo para os produtores do interior do estado, uma vez que a maior procura identificada encontra-se na capital do estado. Ferro (2020) corrobora com essa visão, e reforça que os agricultores familiares se sentem desestimulados pelos prejuízos causados na comercialização, já que muitas vezes esses produtos são vendidos como se tivessem sido produzidos da maneira convencional.

As regras para a certificação da produção variam de acordo com o tipo de selo que se deseja obter e o que melhor se enquadra a realidade do produtor. Dentre os três sistemas de comercialização de produtos orgânicos, o por auditoria é considerado o mais eficaz, sobretudo quando em parceria com poder público, por ser mais rigoroso e seguir as orientações da Organização Mundial do Comércio (OMC), além de possibilitar a exportação (FERRO, 2020). O sistema SPG é o mais utilizado por pequenos produtores, sobretudo por ter um preço mais vantajoso. No entanto, a rigidez associada a Instrução Normativa 19/2009 do MAPA, faz com que seja difícil a regularização por parte de alguns produtores familiares, além de ser um sistema que não possibilita a exportação da produção (FERRO, 2020). Esse fato enfatiza a necessidade de flexibilização da legislação. O sistema de venda direta por Organismo de Controle Social (OCS) é interessante para o pequeno produtor, por ser um sistema mais simples, devendo o produtor ter apenas uma Declaração de Cadastro de Produtor pelo MAPA e um vínculo a OCS, no entanto, faz com que a comercialização da produção seja restrita as feiras da OCS, dificultando as vendas. As certificadoras atualmente credenciadas pelo MAPA que realizam o processo pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica estão explicitadas nos quadros dos anexos C e D.

Há também uma iniciativa do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) que abrange os produtores agroecológicos e em transição para o sistema orgânico. O selo Produtos sem Agrotóxicos (SAT) foi criado em 2009, pelo governo de Minas Gerais e regulamentado em 2018 (IMA, 2018). A certificação é realizada por auditorias executadas pelos funcionários do IMA e o processo abrange as normas sustentáveis,

respeito a biodiversidade e direito dos trabalhadores com foco em eliminar o uso de agrotóxicos. Nessa etapa é importante a união desses produtores, com outros que estão no mesmo processo e os que já realizam o sistema orgânico de produção, como forma de auxílio nesse processo de transição. A construção de articulações com outros pequenos produtores locais pode auxiliar na defesa de projetos comuns (XAVIER; NASCIMEN|TO JÚNIOR; CHIAPETTI, 2021), podendo ser um reforço no que tange a luta por políticas públicas.

As normas para a certificação orgânica variam a cada país, portanto, se o produtor deseja exportar a sua produção deve se adequar a legislação do país que deseja exportar e seguir as normas nacionais. Como por exemplo, quem deseja exportar sua produção orgânica para os Estados Unidos deve seguir as normas do NOP-USDA, que é o Programa Nacional Orgânico do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), ou deseja exportar para a união europeia deverá seguir o regulamento europeu CE 834/2007 e CE 889/2008 regulamentação que é outorgada pela *Organización Internacional Agropecuaria S.A* (OIA). Na tabela 1, a seguir, encontram-se as organizações e os links das normas dos principais mercados de exportação.

Tabela 1: Organizações e normas para comercialização de produtos orgânicos no exterior

LOGO	NOME	LINK
	NOP-USDA	< <a href="#">eCFR :: 7 CFR Part 205 -- National Organic Program</a> >
	Certificação Orgânico UE	< <a href="#">LexUriServ.do (europa.eu)</a> > < <a href="#">LexUriServ.do (europa.eu)</a> >

Fonte: Organização Internacional Agropecuária(2022)

## 5. CONCLUSÃO

Nesse sentido, observa-se que o mercado de orgânicos está em expansão, mas o produtor carece de maior incentivo e políticas públicas que o auxiliem na obtenção da certificação e na venda da sua produção. O produtor familiar enxerga as oportunidades do mercado, mas o que se encontra no interior tem maior dificuldade no apoio da sua produção e certificação.

A formação de redes de apoio entre os agricultores locais, criação de pontos de venda, a otimização da logística, a flexibilização da legislação, principalmente da IN 19/2009 do MAPA, o desenvolvimento de cartilhas (ANEXO A) e instrumentos que facilitem a comunicação, são fatores que contribuem no processo de certificação, sobretudo do produtor familiar do interior do estado.

## SUGESTÕES/RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, recomenda-se para trabalhos futuros a avaliação dos mecanismos de verificação da conformidade dos produtos orgânicos já certificados. E estudos que agreguem a questão dos benefícios a saúde para os agricultores de orgânicos.

## REFERÊNCIAS

AGHASAFARI, H.; KARBASI, A.; MOHAMMADI, H.; CALISTI, R. Determination of the best strategies for development of organic farming: A SWOT – Fuzzy Analytic Network Process approach. *Journal of Cleaner Production*, v. 277, p. 124039, 2020. DOI: 10.1016/j.jclepro.2020.124039. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124039>>.

ARAÚJO, A. L. O.; GUIMARÃES, D. M.; TABOAS, P. D. M. Z. Beneficiários do programa nacional de reforma agrária que logram a regularização como produtores orgânicos: uma estratégia de monitoramento ao planapo. *In: A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL*. p. 253–274.

BATISTA, S. C. P.; COSTA, S. C. F. C.; COSTA, F. S.; DIAS JÚNIOR, L. As dificuldades dos agricultores familiares na produção orgânica na feira agroufam de manaus , AM. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 6, n. 14, p. 09–15, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i14p9-15>.

BECKER, C.; ROSA, C. F. R.; NASCIMENTO, S. G. S.; ÁVILA, M. R. Processo de regularização da produção orgânica pelos agricultores familiares : um estudo de caso sobre o OCS – Santana do Livramento , RS Regularization process of organic production by family farmers : a case study on OCS - Santana do Livramento , RS.

*Navus*, v. 10, p. 1–11, 2020.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no ministério. Brasília: Mapa, 1o ago. 2019a. Disponível em: <Português (Brasil) (www.gov.br)>. Acesso em: 09 de novembro de 2022

\_\_\_\_\_, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa Nº 19, De 28 De Maio De 2009. Disponível em:< Instrução Normativa Nº 19 de 28 de Maio de 2009 (mecanismos de controle e formas de organização).pdf — Português (Brasil) (www.gov.br) >. Acesso em:novembro de 2022.

\_\_\_\_\_, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 52 de 15 de março de 2021. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. Disponível em:<[PORTARIA MAPA N 52.2021 ALTERADA PELA PORTARIA MAPA N 4 04.pdf\(www.gov.br\)](http://www.gov.br/pt-br/assuntos/producao/legislacao/portarias/portaria-mapas-52-2021-alterada-pela-portaria-mapas-4-04-2021.pdf)>. Acesso em:novembro de 2022.

\_\_\_\_\_, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 404 de 22 de fevereiro de 2022. Altera a Portaria nº 52, de 15 de março de 2021, que estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. Disponível em:<[PORTARIA MAPA Nº 404, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 - PORTARIA MAPA Nº 404, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](http://www.gov.br/pt-br/assuntos/producao/legislacao/portarias/portaria-mapas-404-2022.pdf)>. Acesso em:novembro de 2022.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Lei Nº 10831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. 2003.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. p. 1–2.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007. 2007.

\_\_\_\_\_, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 7 anos, triplica o número de produtores orgânicos cadastrados no ministério. Brasília: Mapa, 1o ago. 2019a. Disponível em: <Português (Brasil) (www.gov.br)>. Acesso em: 09 de novembro de 2022

CHEN, B.; SAGHAIAN, S.; TYLER, M. Substitute or complementary: Relationship between U.S. farmers' adoption of organic farming and direct marketing. *British Food Journal*, v. 122, n. 2, p. 531–546, 2019. DOI: 10.1108/BFJ-01-2019-0016.

CURTIS, K. R.; DRUGOVA, T.; KNUDSEN, T.; REEVE, J.; WARD, R. Is organic certification important to farmers' market shoppers or is eco-friendly enough? *HortScience*, v. 55, n. 11, p. 1822–1831, 2020. DOI: 10.21273/HORTSCI15291-20.

FEBER, R. E. Organic farming: Biodiversity impacts can depend on dispersal characteristics and landscape context. *PLoS ONE*, v. 10, n. 8, p. 1–20, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0135921.

FERRO, E. H. M. P. L. C. Análise Jurídica da Certificação de Alimentos Orgânicos de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020

GAZZOLA, R.; GOMES, E. G.; SOUZA, G. S.; WANDER, A. E. Agricultura orgânica e convencional em Santa Catarina: Análise comparativa dos produtores. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 13, n. 1, p. 89, 2018. DOI: 10.18378/rvads.v13i1.4233.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed., São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995. DOI: 10.1590/s0103-73312017000100018.

GROOT, E. Conhecimento sobre os conceitos de selos de qualidade vinculados à agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 136–155, 2020. DOI: 10.36920/esa-v28n1-6.

IBANEZ, M.; BLACKMAN, A. Is Eco-Certification a Win–Win for Developing Country Agriculture? Organic Coffee Certification in Colombia. *World Development*, v. 82, p. 14–27, 2016. DOI: 10.1016/j.worlddev.2016.01.004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.01.004>>.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-. Censo Agropecuário - Nova Friburgo. 2017. Disponível em: <[IBGE | Cidades@ | Rio de Janeiro | Nova Friburgo | Pesquisa | Censo Agropecuário | Características dos estabelecimentos](#)> Acesso em: Outubro de 2022.

\_\_\_\_\_, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-. Censo Agropecuário. 2017. Disponível em: <[agro\\_2017\\_agricultura\\_familiar.pdf \(ibge.gov.br\)](#)> Acesso em: novembro de 2022.

IMA. Portaria IMA nº 1861 de 31/08/2018. p. 12–13. Acesso: 17/10/2020. Disponível em: <[Certifica Minas - Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA](#)>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil*. Fev. 2020. Disponível em:< [TD 2538.pdf \(ipea.gov.br\)](#)>. Acesso em: Nov.2022.

JOUZI, Z.; AZADI, H.; TAHERI, F.; ZARAFSHANI, K.; GEBREHIWOT, K.; VAN PASSEL, S.; LEBAILLY, P. Organic Farming and Small-Scale Farmers: Main Opportunities and Challenges. *Ecological Economics*, v. 132, p. 144–154, 2017. DOI: 10.1016/j.ecolecon.2016.10.016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2016.10.016>>.

LIMA, S. K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. *Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

MA, W.; MA, C.; SU, Y.; NIE, Z.. Organic farming: Does acquisition of the farming information influence Chinese apple farmers' willingness to adopt? *China Agricultural Economic Review*, v. 9, n. 2, p. 211–224, 2017. DOI: 10.1108/CAER-05-2016-0070.

MAAS, L.; MALVESTITI, R.; GONTIJO, L. A.. Work in organic farming: An overview. *Ciencia Rural*, v. 50, n. 4, p. 1–9, 2020. DOI: 10.1590/0103-8478cr20190458.

MORAES, M. D.; OLIVEIRA, N. A. M. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades nacionalmente . Segundo levantamento do Instituto de Investigação da Agricultura Orgânica. *Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, v. 3, n. 1, p. 19–37, 2017.

MOREIRA, J. G.; BECKER, C. Implantação De Um Sistema Participativo De Certificação Orgânica Pelos Assentados Da Reforma Agrária: O Caso Do Ocs Cerro Dos Munhoz Em Santana Do Livramento (Rs). *Acta Geográfica*, v. 12, n. 28, p. 1–16, 2018. DOI: 10.5654/acta.v12i28.4155.

Organização das Nações Unidas (ONU). ONU News (/ pt /). Onu, v. 2019, p. 1–4, 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/06/1625911>>.

SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; MATTOS, L. M.; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

SCALCO, A. R.; PINTO, L. B. Certificação orgânica: motivações e dificuldades na inserção e manutenção no sistema de produção díspares no brasil organic certification: motivations and difficulties in insertion and maintenance in the certified production system in regions with dispa. *Revista de Geografia*, p. 254–274, 2021.

SCALCO, A. R.; SERVI, R. G. Maintenance of organic certification in rural. *Revista em Agronegócios e Meio Ambiente*, v. 7, n. 3, p. 515–534, 2014.

SILVA, Á. T.; SILVA, S. T. Panorama da agricultura orgânica no Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 23, n. 41, p. 1031, 2016. DOI: 10.20396/san.v23i0.8635629.

SOUZA, R. P.. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 1, p. 109–126, 2019.

SOUZA, R. P.; BATISTA, A. P.; CÉSAR, A. S. As tendências da Certificação de Orgânicos no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 1, p. 95–117, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v27n1-5>.

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A. TÔSTO, S. G. Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. *Embrapa Territorial*, p. 20, 2019.

VRIESMAN, A. K.; OKUYAMA, K. K.; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H.. Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar. *Conexão UEPG*, v. 8, n. 1, p. 138–149, 2012.

XAVIER, L. B.; JÚNIOR, F. C. N.; CHIAPETTI, J. Verticalidades e horizontalidades na certificação da produção de cacau orgânico no Sul da Bahia. *Revista Campo-Território* 2021. DOI: 10.14393/rct153814.

## ANEXO A



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**ESCOLA DE ENGENHARIA**

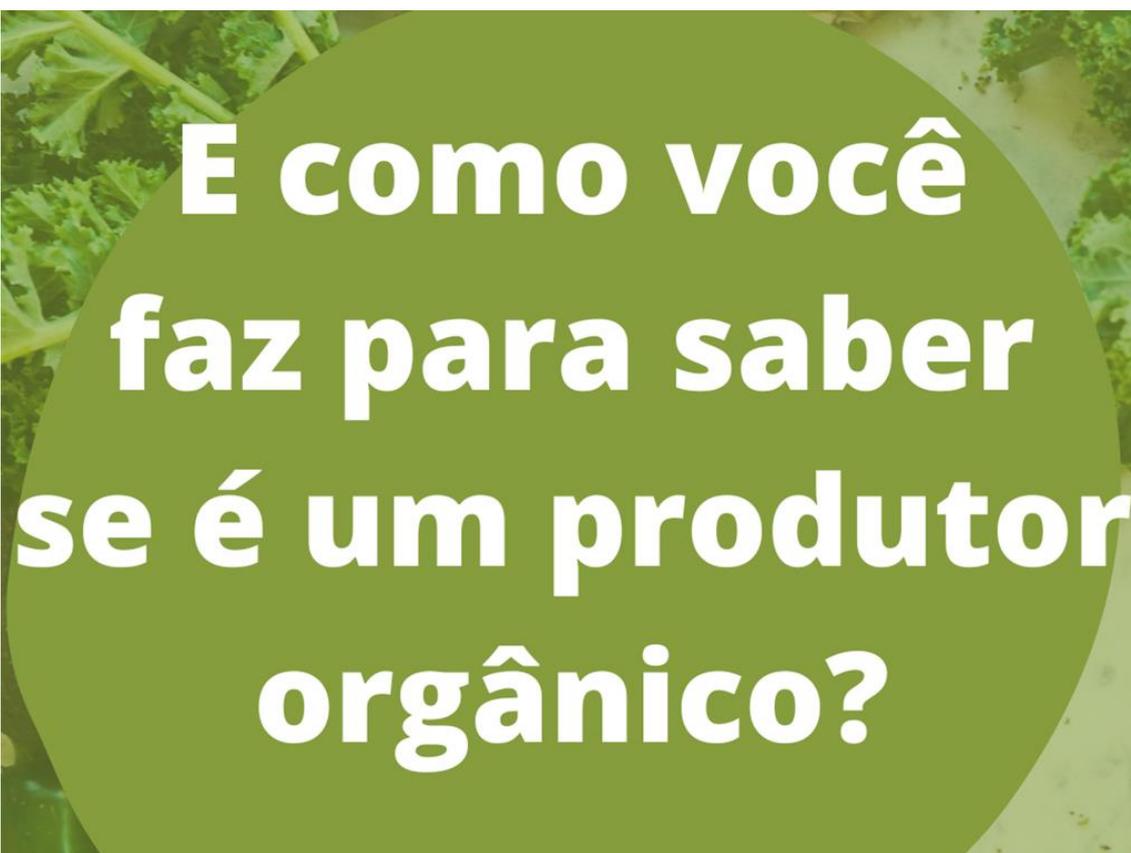
**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU RESIDÊNCIA EM PRÁTICAS  
AGRÍCOLAS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

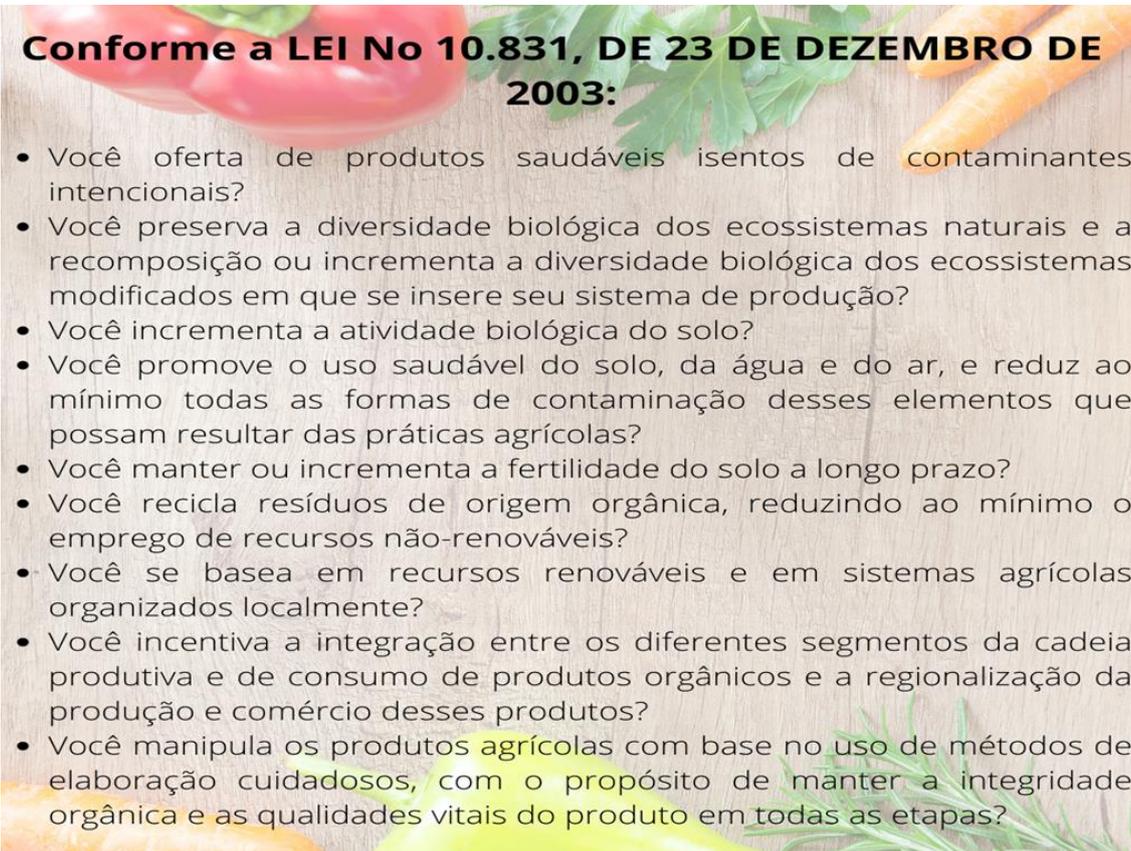
**Discente: Raphaela Soares Camelo Brasil**

**Orientador(a): Prof. Dr. Flávio Castro da Silva**

**Co-orientador(a): Prof. Dr<sup>a</sup> Roberta Jimenez de Almeida Rigueira**



# E como você faz para saber se é um produtor orgânico?



## Conforme a LEI No 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003:

- Você oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais?
- Você preserva a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incrementa a diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere seu sistema de produção?
- Você incrementa a atividade biológica do solo?
- Você promove o uso saudável do solo, da água e do ar, e reduz ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas?
- Você manter ou incrementa a fertilidade do solo a longo prazo?
- Você recicla resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis?
- Você se baseia em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente?
- Você incentiva a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos?
- Você manipula os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas?

# Se a resposta for sim, você pode buscar a certificação da sua produção

**PRIMEIRO VOCÊ DEVE DEFINIR QUE CAMINHO MAIS SE ADEQUADA A SUA REALIDADE**



## QUAL A DIFERENÇA ENTRE ESSES MODELOS?

### CERTIFICAÇÃO POR AUDITORIA

- REALIZADA POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS CREDENCIADAS AO MAPA;
- APÓS A CERTIFICAÇÃO O PRODUTOR FICA AUTORIZADO A UTILIZAR O SELO DO SISORG NAS EMBALAGENS DOS PRODUTOS;
- PRODUTOS PODEM SER VENDIDOS EM QUALQUER ESTABELECIMENTO COMERCIAL;
- O VALOR PAGO NO PROCESSO DEPENDE DO GRAU DE COMPLEXIDADE DA PRODUÇÃO E DA CERTIFICADORA

### CERTIFICAÇÃO POR SISTEMA PARTICIPATIVO (SPG)

- REALIZADA POR UM GRUPO DE PESSOAS ORGANIZADAS EM UM; ORGANISMO PARTICIPATIVO DA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA (OPAC);
- A OPAC PODE SER COMPOSTA POR PRODUTORES ORGÂNICOS, FORNECEDORES, CONSUMIDORES, EBTRE OUTROS;
- PRODUTOS PODEM SER VENDIDOS DIRETAMENTE AO CONSUMIDOR FINAL, ATRAVÉS DE FEIRAS E EM QUALQUER ESTABELECIMENTO COMERCIAL;
- O VALOR PAGO NO PROCESSO DEPENDE DO GRAU DE COMPLEXIDADE DA PRODUÇÃO E DA CERTIFICADORA

### CERTIFICAÇÃO POR ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL

- REALIZADA PELO PRÓPRIO GRUPO DE AGRICULTORES (OCS) QUE GARANTEM A PROCEDÊNCIA E QUALIDADE DO PRODUTO ORGÂNICO;
- ESSE MODELO DE COMERCIALIZAÇÃO É EXCLUSIVO AOS AGRICULTORES FAMILIARES;
- ALÉM DE FAZER PARTE DA OCS OS PRODUTORES DEVEM SE CADASTRAR NO MAPA.
- AS OCS POSSUEM REGIMENTO INTERNO PRÓPRIO E SE REUNEM PERIODICAMENTE DE FORMA A GARANTIR QUE TODOS OS AGRICULTORES SIGAM AS REGRAS DA AGRICULTURA ORGÂNICA.

Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, MAPA

## MECANISMOS DE CONTROLE E INFORMAÇÃO DA QUALIDADE ORGÂNICA (IN N°19/2009- MAPA)

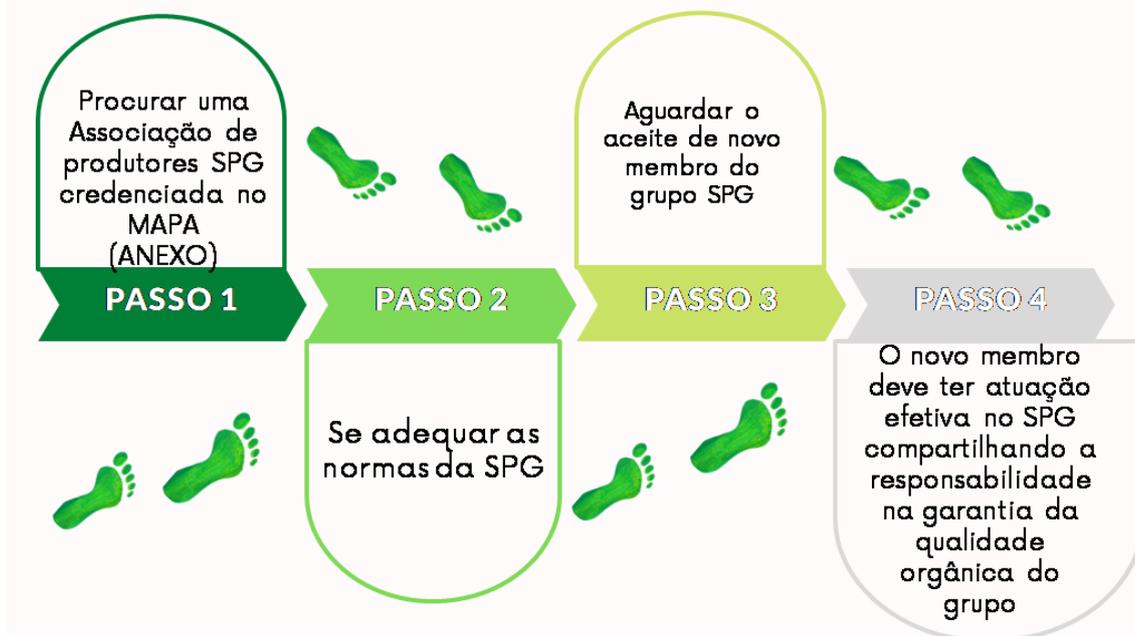


# A SEGUIR O PASSO A PASSO DE COMO VOCÊ PODE SE CERTIFICAR EM CADA SISTEMA

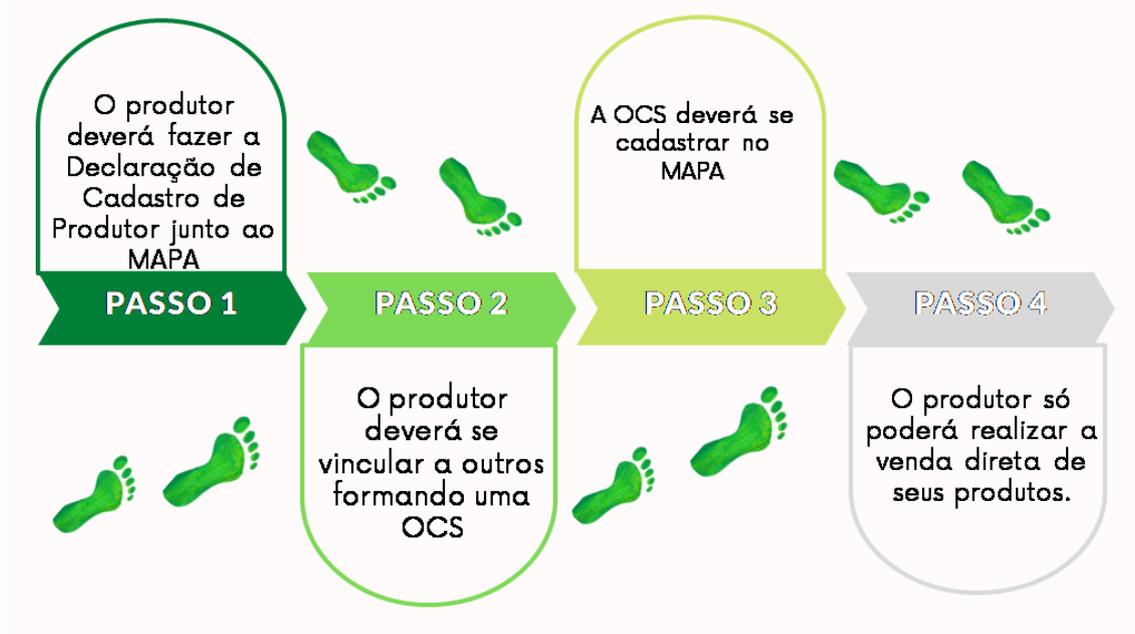
## CERTIFICAÇÃO POR AUDITORIA PASSO A PASSO



## CERTIFICAÇÃO POR SPG PASSO A PASSO



## CERTIFICAÇÃO POR OCS PASSO A PASSO



## ANEXO CERTIFICADORAS POR AUDITORIA

Instituto de  
Tecnologia do  
Paraná  
(TECPAR)

ECOCERT Brasil  
Certificadora  
LTDA

IBD  
Certificações  
LTDA

IMO CONTROL  
- Instituto de  
Mercado  
Ecológico

Instituto  
Nacional de  
Tecnologia (INT)

Instituto Chão  
Vivo de  
Avaliação da  
Conformidade

Agricontrol -  
Organização  
Internacional  
Agropecuária

Instituto  
Mineiro de  
Agropecuária

KIWA BCS ÖKO-  
GARANTIE DO  
BRASIL LTDA

Savassi  
Certificação de  
Serviços  
Administrativos  
Ltda

IGCERT serviços  
administrativos  
Ltda/genesis  
certificações

INSTITUTO  
CERTIFICA  
SOCIEDADE  
SIMPLES

FONTE: MAPA 2022

## ANEXO CERTIFICADORAS POR SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA

Associação de  
Agricultura  
Natural de  
Campinas e  
Região (ANC)

Associação dos  
Agricultores  
Biológicos do  
Estado do Rio  
de Janeiro  
(ABIO)

Associação  
Ecovida de  
Certificação  
Participativa –  
Rede Ecovida

Associação  
Biodinâmica  
(ABD)

Sindicato dos  
Produtores  
Orgânicos do  
DF  
SINDIORGÂNICO/DF

Associação de  
Produtores  
Orgânicos do  
Mato Grosso  
do Sul (APOMS)

Associação dos  
Produtores  
Agroecológicos  
do Semiárido  
Piauiense –  
APASPI

Associação de  
Certificação  
Participativa  
Agroecológica  
(ACEPA)

Associação  
Agroecológica  
de Certificação  
Participativa  
Inhamuns/Crat  
eús (ACEPI)

Associação dos  
Agricultores e  
Agricultoras  
Agroecológicos  
do Araripe  
(ECOARARIPE)

Central de  
Associações de  
Produtores  
Orgânicos Sul  
de Minas –  
(Orgânicos Sul  
de Minas)

- Associação  
OPAC Litoral  
Norte

Associação de  
Certificação  
Orgânica  
Participativa do  
Sertão do  
Apodi  
(ACOPASA)

Centro de  
Desenvolvi-  
mento  
Agroecológico  
do Cerrado  
(CEDAC)

Cooperativa  
Central dos  
Assentamentos  
do Rio Grande  
do Sul Ltda.  
(COCEARGS)

FONTE: MAPA 2022



## ANEXO B



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**ESCOLA DE ENGENHARIA**  
**RESIDÊNCIA EM PRÁTICAS AGRÍCOLAS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**

QUESTIONÁRIO

1) Propriedade: \_\_\_\_\_

2) Sexo

Feminino       Masculino       Outros       Prefere não responder

3) Idade

18-25 anos       26-35 anos       36-45 anos       46-55 anos  
 56-65       65 ou mais

4) Escolaridade

Ensino Fundamental (1º Ciclo)       Ensino Médio  
 Ensino Fundamental (2º Ciclo)       Ensino Superior  
 Sem escolaridade       Prefere não responder

5) Quanto tempo você trabalha como produtor rural?

até 01 ano       01 a 05 anos       06 a 10 anos       11 a 20 anos  
 21 a 30 anos       Mais de 30 anos

6) Possui emprego fora da propriedade? Se sim, em que?

Não       Sim \_\_\_\_\_

7) Quantas pessoas trabalham na propriedade?

01-05 pessoas       06-10 pessoas       11-15 pessoas       Mais de 16 pessoas

8) Quais gêneros agrícolas são produzidos na propriedade?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

9) Quais os principais desafios encontrados na produção?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

10) Recebe algum tipo de assistência técnica voltada para a melhoria da produção? Se sim, qual (particular ou pública)? Em caso negativo, existe alguma dificuldade ou impedimento para tal? O que seria?

Sim  Não

Se sim:

Particular (consultores, empresas...)  Pública (Governo, ONGs)

Se não:

Questão financeira  Falta de profissionais  Falta de interesse  
 Outros \_\_\_\_\_

11) Você se considera produtor convencional, orgânico ou em transição?

Convencional  Orgânico  Em transição

12) Já realizou algum tipo de certificação da produção orgânica? Se sim qual modelo adotado?

Não  Sim \_\_\_\_\_

13) Se já possuiu certificação orgânica e perdeu, quais motivos?

Custo com a renovação do selo;  Regulamentação rigorosa;  
 Compreensão das normas;  Falta de apoio governamental;  
 Controle de pragas na produção  Perda do Prazo  
 Outros: \_\_\_\_\_

14) Como comercializa a sua produção (feiras, hortifrutis, restaurantes, bares..)

Feiras  Mercarias  Restaurantes  Bares  
 Hortifrutis  Outros \_\_\_\_\_

15) Quais os desafios encontrados na comercialização?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16) Você acredita que a certificação orgânica pode auxiliar na comercialização dos produtos? Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO C

Tabela 2: Certificadoras por Auditoria:

LOGO	NOME E CONTATOS	ESCOPOS
	<p>Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)</p> <p>contato@tepcercert.com.br</p> <p>www.tepcercert.com.br</p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico</p>
	<p>ECOCERT Brasil Certificadora LTDA</p> <p>ecocert.brasil@ecocert.com</p> <p>www.ecocert.com.br</p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico, Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas).</p>



IBD Certificações LTDA

[ibd@ibd.com.br](mailto:ibd@ibd.com.br)

[www.ibd.com.br](http://www.ibd.com.br)

Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico e Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas).



IMO CONTROL - Instituto de Mercado Ecológico

[imo@imocontrol.com.br](mailto:imo@imocontrol.com.br) /

[daniel@imocontrol.com.br](mailto:daniel@imocontrol.com.br)

[www.imocontrol.com.br](http://www.imocontrol.com.br)

Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico



Instituto Nacional de Tecnologia (INT)

[ocp@int.gov.br](mailto:ocp@int.gov.br)

[www.int.gov.br](http://www.int.gov.br)

Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Vegetal e

		Processamento de Produtos de Origem Animal
	Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade atendimento@institutochovivo.com.br www.institutochaovivo.com.br	Produção Primária Vegetal e Processamento de Produtos de Origem Vegetal
	Agricontrol - Organização Internacional Agropecuária oiabrasil@oiabrasil.com.br www.oiabrasil.com.br	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico e Processamento de Produtos Têxteis.
	Instituto Mineiro de Agropecuária gec@ima.mg.gov.br www.ima.mg.gov.br	Produção Primária Vegetal, Produção Primária Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Processamento de Produtos de Origem Animal

	<p>KIWA BCS ÖKO- GARANTIE DO BRASIL LTDA</p> <p>bcs.brazil@kiwa.de; www.kiwa.com</p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico</p>
	<p>Savassi Certificação de Serviços Administrativos Ltda</p> <p><a href="mailto:certificacao@savassicertificadora.com.br">certificacao@savassicertificadora.com.br</a> <a href="http://dora.com.br">dora.com.br</a> www.savassiagronegocio.com.br</p>	<p>Produção Primária Vegetal</p>
	<p>IGCERT serviços administrativos ltda/genesis certificações</p> <p>cgs@genesisgroup.com.br www.genesisgroup.com.br</p>	<p>Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Vegetal, Produção Primária Animal, Processamento de Produtos de Origem Animal.</p>
	<p>INSTITUTO CERTIFICA SOCIEDADE SIMPLES</p> <p>info@institutocertifica.com.br</p>	<p>Produção Primária Vegetal e Processamento de Produtos de Origem</p>

---

r Vegetal  
<http://www.institutocertifica.com.br>

---

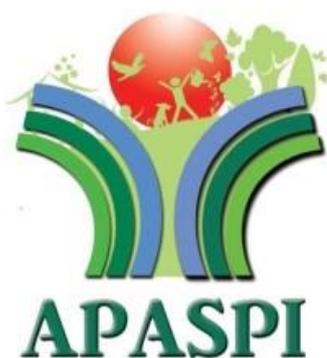
**Fonte: MAPA (2022)**

## ANEXO D

Tabela 3: Certificadoras por Sistema Participativo de Garantia (SPG):

LOGO	NOME E CONTATOS	ESCOPO
	Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)  contato@anc.org.br www.anc.org.br	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico.
	Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)  cbr.abio@hotmail.com; abio@abiorj.org www.abiorj.org	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal e Processamento de Produto de Origem Vegetal
	Associação Ecovida de Certificação Participativa – Rede Ecovida  ecovida@ecovida.org.br; opacecovida@gmail.com http://ecovida.org.br/	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico.

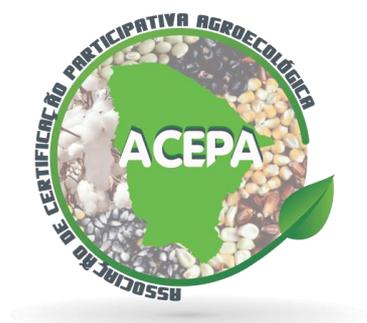
 <p>Associação Biodinâmica (ABD)</p> <p><a href="mailto:biodinamica@biodinamica.org.br">biodinamica@biodinamica.org.br</a> <a href="http://www.biodinamica.org.br">www.biodinamica.org.br</a></p>		<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico e Processamento de Insumos Agrícolas (sementes e mudas).</p>
 <p>SINDIORGÂNICOS Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal</p>	<p>OPAC – Cerrado / Sindicato dos Produtores Orgânicos do DF SINDIORGÂNICOS/DF</p> <p><a href="mailto:sindiorganico@gmail.com">sindiorganico@gmail.com</a> <a href="http://www.sindiorganico.com.br">http://www.sindiorganico.com.br</a></p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal.</p>
 <p>REDE DE AGROECOLOGIA APOMS ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE MATO GROSSO DO SUL</p> <p>Solo Sadio, Planta Sadio, Homem Sadio <i>Ana Primavés</i></p>	<p>Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (APOMS)</p> <p><a href="mailto:apoms-ms@hotmail.com">apoms-ms@hotmail.com</a>; <a href="mailto:apoms@yahoo.com.br">apoms@yahoo.com.br</a> <a href="http://apomscetaf.org">http://apomscetaf.org</a></p>	<p>Produção Primária Vegetal.</p>



Associação dos Produtores  
Agroecológicos do  
Semiárido Piauiense –  
APASPI

Produção Primária  
Animal, Produção  
Primária Vegetal.

apaspi.opac@hotmail.com



Associação de Certificação  
Participativa  
Agroecológica (ACEPA)

Produção Primária  
Animal, Produção  
Primária Vegetal,  
Processamento de  
Produtos de Origem  
Animal, Processamento  
de Produto de Origem  
Vegetal

acepasertaocentral@hotmail.com

Associação Agroecológica  
de Certificação  
Participativa dos  
Inhamuns/Crateús  
(ACEPI)

Produção Primária  
Vegetal.

acepiagroecologia@gmail.com



Associação dos  
Agricultores e  
Agricultoras  
Agroecológicos do Araripe  
(ECOARARIPE)

Produção Primária  
Vegetal.

ecoararipe@yahoo.com.br

	<p>Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas – (Orgânicos Sul de Minas)</p> <p>organicossuldeminas@gmail.com</p> <p>www.organicossuldeminas.org.br</p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Processamento de Insumo Agrícola, Extrativismo Sustentável Orgânico, Processamento de Produtos Têxteis.</p>
<p>OPAC Litoral Norte – RS</p>  <p>Produtos Ecológicos Certificação Participativa</p>	<p>- Associação OPAC Litoral Norte</p> <p>opaclitoralnorte@gmail.com;</p> <p>emforqu@emater.tche.br;</p> <p>emitati@emater.tche.br</p>	<p>Produção Primária Vegetal, Processamento de Produto de Origem Vegetal.</p>
 <p>ASSOCIAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARTICIPATIVA DO SERTÃO DO APODI</p>	<p>Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA)</p> <p>acopasa.rn@gmail.com</p>	<p>Produção Primária Vegetal</p>
	<p>Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (CEDAC)</p> <p>cedac@cedac-ong.org.br</p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produto de Origem Vegetal e Extrativismo</p>

	www.cedac-ong.org.br	Sustentável Orgânico.
	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda. (COCEARGS)  coceargssicorganico@yahoo.com.br; certificacaococeargs@gmail.com	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal e Processamento de Produto de Origem Vegetal.
	Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX)  <a href="mailto:caltec.atix@gmail.com">caltec.atix@gmail.com</a> ; atixccm@gmail.com; pres.atix@gmail.com;	Produção Primária Animal, Processamento de Produtos de Origem Animal
	Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa  <a href="mailto:opacbrotacerrado@gmail.com">opacbrotacerrado@gmail.com</a>	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal
	Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana (RAMa)  opac.rama@gmail.com	Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal.

 <p>Rede de Agroecologia Povos da Mata</p>	<p>Associação Povos da Mata de Certificação Participativa – Rede Povos da Mata</p> <p>opacpovosdamata@gmail.com</p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produtos de Origem Vegetal e Extrativismo Sustentável Orgânico</p>
 <p>ABDSul</p>	<p>Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul (ABD-Sul)</p> <p>biodinamica@abdsul.org.br</p> <p>http://www.abdsul.org.br/</p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico.</p>
 <p>Borborema Agroecológica</p>	<p>Rede Borborema de Agroecologia</p> <p><a href="mailto:rederba@yahoo.com.br">rederba@yahoo.com.br</a></p>	<p>Produção Primária Vegetal</p>
	<p>Orgânicos Jequitinhonha - Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina</p> <p>spgorganicosjequi@gmail.com</p>	<p>Produção Primária Vegetal, Extrativismo Sustentável Orgânico.</p>

	<p>Associação maniva de certificação participativa – OPAC MANIVA</p> <p>opacmaniva@gmail.com</p>	<p>Produção Primária Animal, Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Animal, Processamento de Produto de Origem Vegetal, Processamento de Insumo Agrícola (sementes e mudas), Extrativismo Sustentável Orgânico.</p>
	<p>Associação De Agricultura Ecológica – OPAC AGE</p> <p>agedf@gmail.com</p> <p>www.agebrasil.org.br</p>	<p>Produção Primária Vegetal</p>
	<p>Associação Plantar Para A Vida De Certificação Participativa</p> <p>redeplantarvida@gmail.com</p>	<p>Produção Primária Vegetal e Produção Primária Animal</p>
	<p>Associação De Comercialização Solidária Xique-Xique</p> <p><a href="mailto:redexiquexique@gmail.com">redexiquexique@gmail.com</a></p> <p><a href="http://redexiquexique.resf">http://redexiquexique.resf</a></p>	<p>Produção Primária Vegetal</p>

---

com.br/

---



Associação de Certificação  
Participativa dos  
Produtores  
Agroecológicos do Cariri  
Paraibano – ACEPAC

Produção Primária  
Vegetal

pbacepac@gmail.com

---

**FONTE: MAPA (2022)**